



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

Concurso Público para Provimento do Cargo de

Técnico Judiciário – Área Administrativa

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
 - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

A história mostra que o emprego aumenta quando a produtividade se eleva. Por outro lado, uma empresa que perde produtividade deixa de competir, destruindo empregos. O impacto das inovações sobre o nível de emprego depende também, e muito, da educação. De um modo geral, as novas tecnologias demandam trabalhadores mais qualificados. Mesmo quando o trabalhador perde o emprego, a educação facilita a conquista e a readaptação em um novo posto de trabalho.

No Brasil, a força de trabalho tem, em média, 4,5 anos de escolaridade. Isso é insuficiente para a absorção e bom uso das novas tecnologias. O país deu grandes passos no campo quantitativo e hoje 97% das crianças em idade escolar estão matriculadas. Mas, se o sucesso no uso de novas tecnologias está relacionado diretamente com o número de anos que o trabalhador passa na escola, ele depende também da qualidade da educação recebida.

Em face da precariedade do ensino, as empresas investem no treinamento de seus funcionários. Mas, normalmente, são selecionados os candidatos a emprego que já têm uma boa educação (de nível médio ou superior), o que aumenta a desigualdade entre quem pôde frequentar uma boa escola e quem não pôde.

Em suma, para se avaliar o impacto da modernização tecnológica não basta registrar a destruição de emprego que geralmente ocorre nos locais onde se adotam novos métodos. É preciso examinar os seus vários efeitos na redução de preços, melhoria de produtividade, expansão da demanda, aumento de investimentos e geração de novos empregos. No mundo atual, não há a menor possibilidade de as empresas competirem e gerarem empregos sem incorporar os avanços tecnológicos. No Brasil, o que mais falta, no momento, é uma educação de boa qualidade.

(Adaptado de **O Estado de S.Paulo**, dez/2001)

1. Conclui-se corretamente do texto que a tecnologia
- (A) prejudica enormemente o mercado de trabalho, na medida em que amplia o número de desempregados.
 - (B) amplia consideravelmente as possibilidades de trabalho, pois o avanço científico supera as deficiências do trabalhador.
 - (C) permite aproveitar a mão-de-obra ociosa ou mesmo pouco preparada, tendo em vista a modernização dos equipamentos.
 - (D) pouco tem a ver com a qualidade do ensino no País, porque deve ser levada em conta principalmente a produtividade da empresa.
 - (E) tem duplo efeito no mercado de trabalho, reduzindo as possibilidades de emprego, mas também gerando novas oportunidades de trabalho.

2. De acordo com o 3º parágrafo do texto,
- (A) o treinamento nas empresas nem sempre oferece resultados, porque os funcionários têm uma educação falha.
 - (B) as escolas de nível médio ou superior geralmente treinam os novos funcionários para as empresas.
 - (C) a seleção de novos trabalhadores se baseia, desde o início, em critérios que revelam injustiças.
 - (D) nem sempre as empresas dispõem de recursos suficientes para o treinamento necessário de seus funcionários.
 - (E) as empresas buscam funcionários já bem qualificados, para não investir em treinamentos pouco lucrativos.

3. De acordo com o texto, há relação de causa e consequência entre
- (A) uso de novas tecnologias e pouca escolaridade dos trabalhadores.
 - (B) falta de qualidade no ensino e competitividade entre empresas.
 - (C) perda de emprego e treinamento em novas funções dentro da empresa.
 - (D) uma educação mais sólida e maior possibilidade de emprego.
 - (E) escolas de bom nível e tempo de escolaridade do trabalhador brasileiro.

4. É correto inferir do texto que
- (A) uma educação desenvolvida com qualidade é a propulsora do crescimento econômico, baseado na incorporação dos avanços tecnológicos.
 - (B) somente um treinamento bem feito permite às empresas uma seleção de funcionários realmente capazes de utilizar a tecnologia.
 - (C) nem sempre os fatos históricos conseguem dar explicações para os níveis de desemprego, mesmo com o uso de novas tecnologias nas empresas.
 - (D) as escolas devem passar a ensinar os novos avanços da tecnologia como única forma de diminuir os altos níveis de desemprego nas empresas.
 - (E) ocorre uma destruição sistemática de postos de trabalho, apesar da introdução de novas tecnologias, que impulsionaram a produtividade das empresas.

5. Em face da precariedade do ensino, as empresas investem...
- Esse início do 3º parágrafo do texto, grifado acima, pode ser reescrito, sem alteração do sentido original, da seguinte forma:
- (A) Enquanto o ensino continua sendo pouco, ...
 - (B) Devido à falta de qualidade do ensino, ...
 - (C) À medida que o ensino permaneceu ruim, ...
 - (D) Se o ensino for de pouca qualidade, ...
 - (E) Conquanto houvesse um ensino pouco eficiente, ...

<p>6. ...<u>ele</u> depende também da qualidade da educação recebida. (final do 2º parágrafo)</p> <p>O pronome assinalado na frase acima substitui corretamente no texto</p> <p>(A) o trabalhador. (B) o número de anos. (C) o País. (D) o sucesso no uso de novas tecnologias. (E) um novo posto de trabalho.</p>	<p>10. A concordância está feita corretamente em:</p> <p>(A) Os poucos anos de escolaridade do trabalhador são insuficientes para um bom uso das inovações tecnológicas. (B) O número de postos de trabalho geralmente aumentam quando as empresas elevam a produtividade. (C) Os trabalhadores que perdem o emprego pode ser admitido em novos postos, dependendo do nível de escolaridade. (D) Existe vários efeitos que é resultante da aplicação da tecnologia, capazes de gerar novos empregos. (E) A recuperação de novos postos de trabalho nas empresas são possíveis para candidatos com formação adequada a eles.</p>
<p>7. ...as empresas <u>investem</u> no treinamento de seus funcionários.</p> <p>O mesmo complemento exigido pelo verbo assinalado na frase acima está em:</p> <p>(A) ...quando a produtividade se eleva. (B) ...que perde produtividade. (C) ...depende também da educação. (D) ...o País deu grandes passos no campo quantitativo. (E) ...não há a menor possibilidade.</p>	<p>Atenção: As questões de números 11 a 19 baseiam-se no texto apresentado abaixo.</p> <p><i>Acaba de ser concluído um dos maiores estudos sobre o stress no trabalho. Um batalhão de pesquisadores ouviu 1 000 executivos de vários países, inclusive do Brasil. Uma das conclusões é que os brasileiros estão entre os que mais sofrem com as pressões do dia-a-dia no escritório. E sofrimento, aqui, não é simplesmente um lugar-comum. Segundo o estudo, eles estão à beira da exaustão severa – no jargão médico, o estado mais devastador de esgotamento físico e mental. "Aquela velha idéia de que o brasileiro é naturalmente um sujeito relaxado, cuca-fresca, foi por água abaixo com esse estudo", afirma uma das organizadoras do levantamento. Os nossos executivos, lideram o ranking dos que dedicam mais horas ao trabalho (54 horas semanais contra a média mundial de 41). Mas esse não é o fator determinante para deixá-los tão nervosos. O que falta aos brasileiros, revela a pesquisa, é principalmente confiança em si próprios – só alemães e franceses são mais inseguros. Esse é um ponto-chave. A autoconfiança no trabalho é uma espécie de colete salva-vidas contra os principais fatores de stress. Sem ela, o executivo (e qualquer outro tipo de profissional, acrescenta-se) pode naufragar do ponto de vista psicológico.</i></p> <p><i>Não importa o país, o trabalho é naturalmente um ambiente de stress. Hoje, no entanto, a pressão é muito maior do que há vinte anos. Da década de 80 para cá, as grandes empresas sofreram cirurgias profundas em sua estrutura. Elas estão menos verticais, divididas em unidades operacionais. Com isso, surgiram vários chefes no lugar de um só, o todo-poderoso a quem todos deviam reportar-se. Nesse tipo de organização, de hierarquia pulverizada, é comum o executivo receber ordens de pessoas diferentes, muitas vezes contraditórias. Frequentemente ele também não sabe a quem se dirigir primeiro – se ao diretor dessa ou daquela área confluente. E, o que é pior, tornou-se difícil descobrir a origem de determinadas decisões.</i></p> <p>(Adaptado de Veja, abril/2002)</p>
<p>8. onde <u>se adotam</u> novos métodos.</p> <p>A forma verbal que tem o mesmo sentido da grifada na frase acima é</p> <p>(A) tinham adotado. (B) tem sido adotado. (C) se adotou. (D) é adotado. (E) são adotados.</p>	<p>11. De acordo com o texto, o nível de pressão no trabalho está sendo maior porque</p> <p>(A) há dificuldades de relacionamento entre funcionários e chefes. (B) fica evidente a insegurança dos funcionários que ocupam postos de chefia. (C) existe um desinteresse geral dos trabalhadores pelo tipo de trabalho realizado. (D) são várias as atividades que devem ser desempenhadas ao mesmo tempo. (E) houve mudança da estrutura hierárquica nas empresas, diversificando a função de comando.</p>
<p>9. ...entre quem <u>pôde</u> freqüentar uma boa escola. ...entre quem <u>pode</u> freqüentar uma boa escola.</p> <p>Observe as formas verbais grifadas acima. O emprego do acento circunflexo</p> <p>I. nada altera, pois não há diferença de sentido entre elas. II. estabelece a distinção entre os tempos passado e presente, respectivamente. III. determina uma mudança entre as formas de singular e de plural na flexão verbal.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em:</p> <p>(A) I (B) II (C) III (D) I e II (E) II e III</p>	

<p>12. De acordo com o texto, o maior problema que os brasileiros enfrentam atualmente no trabalho é</p> <p>(A) o excessivo número de horas semanais de serviço.</p> <p>(B) a dificuldade de escolher a que chefe devem obedecer.</p> <p>(C) a conseqüência de sua despreocupação com o trabalho.</p> <p>(D) a insegurança quanto ao próprio desempenho no trabalho.</p> <p>(E) o despreparo técnico para a função que desempenham na empresa.</p>	<p>16. ... (54 horas semanais, contra a média mundial de 41).</p> <p>Os parênteses na frase acima</p> <p>(A) assinalam o período de tempo considerado na pesquisa.</p> <p>(B) introduzem uma afirmativa desnecessária no contexto.</p> <p>(C) buscam realçar a idéia central do parágrafo.</p> <p>(D) indicam uma restrição à afirmativa anterior.</p> <p>(E) isolam um segmento explicativo dentro do contexto.</p>
<p>13. O 2º parágrafo do texto</p> <p>(A) explicita os motivos pelos quais a autoconfiança é um elemento necessário para o executivo em seu trabalho.</p> <p>(B) reforça, por meio de repetição, a mesma idéia desenvolvida no 1º parágrafo.</p> <p>(C) introduz intencionalmente uma incoerência no texto, para validar os resultados da pesquisa.</p> <p>(D) justifica, por meio de exemplos, as razões pelas quais o executivo brasileiro passa mais horas no trabalho.</p> <p>(E) desenvolve uma idéia diferente da que aparece no 1º parágrafo, sem ligação aparente entre elas.</p>	<p>17. A frase em que o plural do substantivo composto está INCORRETO é:</p> <p>(A) Os brasileiros não são cucas-frescas, como se pensa.</p> <p>(B) Esses são pontos-chave para evitar o nervosismo.</p> <p>(C) São coletes salvam-vidas contra os fatores de stress.</p> <p>(D) Os chefes são geralmente todo-poderosos no serviço.</p> <p>(E) As causas de sofrimento não são simples lugares-comuns.</p>
<p>14. ...os brasileiros estão entre <u>os</u> que mais sofrem com as pressões.</p> <p>O pronome grifado na frase acima substitui, corretamente, considerando-se o contexto,</p> <p>(A) os brasileiros.</p> <p>(B) os pesquisadores.</p> <p>(C) os executivos.</p> <p>(D) os vários países.</p> <p>(E) um dos maiores estudos.</p>	<p><u>Instruções para as questões de números 18 e 19.</u></p> <p>Assinale, na folha de respostas, a letra correspondente à alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase apresentada.</p> <p>18. de alguns estudos sobre o stress no trabalho, com resultados semelhantes, não os países.</p> <p>(A) Acabam - ser concluídos - importam</p> <p>(B) Acaba - ser concluído - importam</p> <p>(C) Acaba - ser concluído - importa</p> <p>(D) Acabam - ser concluído - importam</p> <p>(E) Acaba - ser concluídos - importa</p>
<p>15. <i>Mas esse não é o fator determinante.</i></p> <p>A frase acima aparece reescrita, sem alteração do sentido original, em:</p> <p>(A) Já que isso não seja o princípio de tudo.</p> <p>(B) Essa, porém, não é a causa principal.</p> <p>(C) No caso de ser esse o motivo mais importante.</p> <p>(D) Enquanto isso não pareça ser causa favorável.</p> <p>(E) Se essa for a causa que define tudo.</p>	<p>19. Segundo pesquisas recentes, os brasileiros parecem estar sempre dispostos oferecer mais horas de trabalho empresas, o que muitas vezes pode levá-los um esgotamento físico e mental.</p> <p>(A) à - às - à</p> <p>(B) à - as - a</p> <p>(C) a - as - à</p> <p>(D) a - às - a</p> <p>(E) a - as - a</p>

Atenção: As questões de números 20 a 26 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Há 23 milhões de miseráveis no Brasil – pessoas com renda insuficiente para prover 75% das suas necessidades calóricas. Neste mesmo país, 39 000 toneladas de comida em condições de ser aproveitada vão para o lixo todo santo dia em mercados, feiras, fábricas, restaurantes, quitandas, açougues, fazendas. O número leva em conta dados de vários setores – agricultura, indústria, varejo e serviços. Será que não há uma maneira de fazer com que toda essa comida vá parar nos pratos vazios do Brasil?

Segundo o especialista brasileiro em lixo e conselheiro da ONU no assunto, Sabetai Calderoni, o conceito que a sociedade tem do lixo "é produto de uma visão equivocada dos materiais". Ele afirma que, embora nem tudo que se joga fora possa ser aproveitado como comida, todo o lixo pode ser aproveitado de alguma forma. Um dos maiores potenciais desperdiçados é o não-aproveitamento do lixo orgânico, que geralmente vem de restos de alimentos. Esse lixo poderia se transformar em algo útil, se passasse por um processo chamado compostagem. Submetido à ação de bactérias em alta temperatura, transforma-se em dois subprodutos, um adubo natural e o gás metano, que é usado na geração de energia termoelétrica. A reciclagem do lixo inorgânico – vidro, plástico e metais –, perfeitamente viável em termos econômicos, já é praticada e também poderia gerar lucros cada vez maiores.

O país lucraria ao poupar o dinheiro que é gasto para dar fim ao lixo. O processamento do lixo é o único negócio em que a aquisição da matéria-prima é remunerada – paga-se para livrar-se dela. E paga-se muito. As prefeituras brasileiras costumam gastar entre 5% e 12% de seus orçamentos com lixo.

O melhor aproveitamento do lixo valorizaria ainda dois bens que não têm preço: a saúde da população e a natureza. Segundo pesquisas, 76% do lixo brasileiro acaba em lixões a céu aberto. Esses lixões são uma ameaça à saúde pública porque permitem a proliferação de vetores de doenças. Além disso, a decomposição do lixo nesses locais não só gera o metano que polui o ar, como também produz o chorume, um líquido preto e fedido que envenena as águas superficiais e subterrâneas.

Outro motivo para incentivar essa indústria são os empregos que ela poderia gerar, só no processamento do resto. Pois é. Lixo não existe. O que existe é ignorância, falta de vontade e ineficiência.

(Adaptado de **Superinteressante**, março/2002)

20. A conclusão do texto mostra que o aproveitamento do lixo deve apresentar, como resultado final,

- (A) criação de novas técnicas de processamento e conseqüente aumento nos lucros das prefeituras.
- (B) geração de novos empregos e controle maior da poluição do meio ambiente.
- (C) construção de novas usinas termoelétricas e redução da quantidade de lixões a céu aberto.
- (D) aproveitamento de todo o lixo para comida e geração de energia termoelétrica.
- (E) aumento dos lucros das prefeituras e controle do chorume, para não atingir as águas dos rios.

21. A frase que pode resumir corretamente o texto apresentado é:

- (A) Quem tudo quer, tudo perde.
- (B) Nem tudo que reluz é ouro.
- (C) Quem desperdiça nada tem no futuro.
- (D) Saco vazio não pára em pé.
- (E) Na natureza tudo se transforma.

22. É correto inferir do texto que

- (A) o aproveitamento do lixo, embora possa diminuir a fome no País, dissemina também doenças na população que se alimenta dele.
- (B) ampliar a rede de saneamento básico é o melhor meio de diminuir a quantidade de comida jogada fora no Brasil.
- (C) o lucro resultante do aproveitamento do lixo nem sempre é compensador, pois muitas vezes os gastos com ele são maiores.
- (D) o problema da miséria no Brasil pode ser amenizado pelo aproveitamento racional do lixo, geralmente de baixo custo.
- (E) é impossível avaliar as vantagens do aproveitamento do lixo, porque há fatores que não podem ser quantificados.

23. *As prefeituras brasileiras costumam gastar entre 5% e 12% de seus orçamentos com lixo.*

A afirmação acima constitui, considerando-se o contexto,

- (A) um comentário exagerado, para valorizar o assunto do parágrafo seguinte.
- (B) uma opinião do autor do texto, a respeito do valor atribuído ao lixo.
- (C) um argumento que comprova a opinião emitida na frase anterior.
- (D) um exemplo de como os recursos públicos não têm valor, como todo o lixo.
- (E) uma comparação, que aponta para o mau uso do dinheiro público.

24. *Esse lixo poderia se transformar em algo útil.*

A forma verbal grifada acima indica

- (A) ação futura que depende de uma condição anterior.
- (B) hipótese que se realiza no momento presente.
- (C) ação real passada em relação a outra, também passada.
- (D) repetição de um fato até o momento em que se fala.
- (E) ação já realizada dentro de um tempo previsto.

<p>25. "é produto de uma visão equivocada dos materiais".</p> <p>O uso das aspas na frase acima</p> <p>(A) assinala uma afirmativa contrária ao que se diz no texto. (B) introduz um comentário particular, fora do contexto. (C) denota a interrupção deliberada do pensamento. (D) separa a repetição intencional de uma idéia. (E) indica a citação exata das palavras de alguém.</p>	<p>29. A frase redigida com clareza e correção é:</p> <p>(A) O caminho mais eficiente para tirar pessoas da linha de miséria e construir um modelo de sociedade mais justo reside em desarmar os mecanismos que concentram renda no Brasil.</p>
<p>26. <i>A reciclagem do lixo inorgânico também poderia gerar lucros.</i></p> <p>Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal passa a ser</p> <p>(A) poderia ser gerado. (B) teriam podido gerar. (C) tinham gerado. (D) poderiam ser gerados. (E) pode ser gerado.</p>	<p>(B) Os mecanismos que concentram renda no Brasil precisa ser desarmado, enquanto que o caminho mais eficiente para tirar pessoas da linha de miséria é esse, com um modelo de sociedade mais justa.</p> <p>(C) Criar mecanismos para construir modelo de sociedade mais justa é tirar as pessoas da linha de miséria, com o desarme de concentração de renda no Brasil, com seus mecanismos.</p>
<p>27. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:</p> <p>(A) O anseio geral por uma sociedade mais justa e igualitária transformou a luta trabalhista num dos mais expressivos modelos que caracteriza a sociedade contemporânea. (B) De início, as idéias trabalhistas, fenômeno quase exclusivamente inglês, tiveram pouca ou nenhuma repercussão nos sindicatos. (C) O trabalho é sempre uma atividade que depende da habilidade manual e da inteligência de quem o desempenha, e exige o dispêndio de certa energia física e mental. (D) O trabalho, de início coleta ou extrativismo, diversificou-se com a caça, a pesca e a utilização do fogo, possibilitando o progresso, pelo uso de objetos como o arco e a flecha. (E) Os alicerces da produção social deslocaram-se da agricultura para a indústria quando o comércio se sobrepôs ao trabalho agrícola e ampliou suas atividades.</p>	<p>(D) Os mecanismos que concentram renda no Brasil, que não tira as pessoas da linha de miséria, deve ser desarmado, como o caminho mais eficiente para construir uma sociedade mais justa.</p> <p>(E) Construir um modelo de sociedade mais justo, onde as pessoas se tiram da linha de miséria, desarmando os mecanismos de concentração de renda no Brasil, sendo esse o caminho.</p>
<p>28. A frase corretamente pontuada é:</p> <p>(A) O Censo 2000, assinala a permanência de diferenças regionais entre o Sudeste onde se concentraram os investimentos da indústria, e o Nordeste atrelado, a uma base de economia rural sujeita às constantes secas. (B) O Censo 2000 assinala a permanência, de diferenças regionais entre o Sudeste, onde se concentraram os investimentos da indústria e o Nordeste atrelado a uma base de economia rural, sujeita às constantes secas. (C) O Censo 2000 assinala a permanência de diferenças regionais entre o Sudeste, onde se concentraram os investimentos da indústria, e o Nordeste, atrelado a uma base de economia rural sujeita às constantes secas. (D) O Censo 2000 assinala a permanência de diferenças regionais entre o Sudeste onde se concentraram, os investimentos da indústria, e o Nordeste atrelado a uma base, de economia rural sujeita às constantes secas. (E) O Censo 2000 assinala, a permanência de diferenças regionais, entre o Sudeste onde se concentraram os investimentos da indústria e o Nordeste, atrelado a uma base de economia rural sujeita às constantes secas.</p>	<p>30. A frase redigida com clareza e correção é:</p> <p>(A) Dando-se segundo o tipo de trabalho uma divisão entre econômico, ideológico ou político, eis que se origina a divisão de trabalho de acordo com a natureza das tarefas que realiza, trabalho manual ou trabalho intelectual. (B) Uma das formas de divisão do trabalho se dá segundo a natureza das tarefas a realizar – que podem ser do tipo econômico, ideológico ou político – e se origina na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. (C) Trabalho manual e trabalho intelectual – eis a divisão que é feita conforme a divisão de trabalho, de acordo com a natureza das tarefas que se realiza, podendo ser do tipo econômico, ideológico ou político. (D) A natureza das tarefas a realizarem, do tipo econômico, político ou ideológico, que se origina na divisão do trabalho, assim como no trabalho manual e intelectual, é uma das formas dessa divisão. (E) A divisão do trabalho como manual e intelectual – de acordo com as tarefas que realiza, pode ser econômico, ideológico ou político, como sua natureza, onde se origina na divisão desse trabalho.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A possibilidade de a Administração pôr em execução seus próprios atos, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário

- (A) não é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, configurando exercício arbitrário das próprias razões.
- (B) não é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, configurando violação do princípio da separação de Poderes.
- (C) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar imperatividade.
- (D) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar auto-executoriedade.
- (E) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar auto-tutela.

32. Os pressupostos de fato e de direito que servem de fundamento ao ato administrativo correspondem ao seu requisito dito

- (A) agente.
- (B) forma.
- (C) objeto.
- (D) motivo.
- (E) finalidade.

33. No Direito brasileiro, a revogação, pelo Poder Judiciário, de um ato administrativo discricionário praticado pelo Poder Executivo

- (A) só é possível se não afetar direitos adquiridos.
- (B) só é possível após esgotada a via administrativa.
- (C) só é possível se o ato não houver exaurido seus efeitos.
- (D) só é possível para atos de caráter normativo.
- (E) não é possível.

34. A modalidade de licitação, prevista na Lei nº 8.666/93, entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, diz-se

- (A) convite.
- (B) leilão.
- (C) concurso.
- (D) pregão.
- (E) consulta.

35. A Lei nº 8.666/93, ao disciplinar os contratos administrativos, estabelece a seguinte regra em seu art. 65, § 1º:

"O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos."

Segundo essa Lei, nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos nessa regra,

- (A) sem exceção.
- (B) salvo as supressões resultantes de acordo das partes.
- (C) salvo os acréscimos resultantes de acordo das partes.
- (D) salvo os acréscimos ou supressões resultantes de acordo das partes.
- (E) salvo os acréscimos ou supressões resultantes do poder de alteração unilateral dos contratos próprio da Administração.

36. Nas concorrências sujeitas à Lei nº 8.666/93, quando todas as propostas forem desclassificadas, a Administração

- (A) deverá revogar o procedimento.
- (B) deverá anular o procedimento.
- (C) poderá escolher, dentre as propostas, a que mais condições tem de atender ao interesse público, classificando-a.
- (D) poderá realizar sorteio para definir a proposta vencedora.
- (E) poderá conceder prazo a todos os licitantes para sanar os vícios que levaram à desclassificação.

37. Caso um indivíduo, que tenha sido nomeado para cargo de provimento efetivo, sujeito à Lei nº 8.112/90, não tome posse no prazo legalmente fixado,

- (A) o ato de provimento deverá ser tornado sem efeito.
- (B) esse indivíduo deverá ser suspenso.
- (C) esse indivíduo deverá ser exonerado.
- (D) esse indivíduo deverá ser demitido.
- (E) o cargo deverá ser extinto.

<p>38. O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo, nos termos da Lei nº 8.112/90, diz-se</p> <p>(A) recondução. (B) reintegração. (C) aproveitamento. (D) reversão. (E) readaptação.</p>	<p>42. A liberdade de trabalho, ofício ou profissão é garantida aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil,</p> <p>(A) independentemente da idade ou do sexo. (B) sendo vedado o estabelecimento, por lei, de qualificações profissionais. (C) independentemente de filiação do trabalhador ao sindicato da respectiva categoria. (D) dependendo de autorização do Ministério do Trabalho o exercício de atividade laboral por menores de 14 anos. (E) dependendo de autorização do Ministério do Trabalho o exercício de atividade laboral por maiores de 60 anos.</p>
<p>39. Nos termos da Lei nº 8.112/90, para que o servidor ingressante faça jus a férias terá de observar, como primeiro período aquisitivo,</p> <p>(A) 14 meses de exercício. (B) 12 meses de exercício. (C) 12 meses a contar da posse. (D) 14 meses a contar da nomeação. (E) 12 meses a contar da posse ou 14 meses a contar da nomeação, o que ocorrer primeiro.</p>	<p>43. São bens da União</p> <p>(A) todos os existentes na faixa de fronteira, assim chamada a faixa de até 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres. (B) as terras devolutas que forem definidas em lei como indispensáveis à preservação ambiental. (C) os recursos minerais, inclusive os do subsolo, salvo os situados nas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. (D) todas as terras situadas em ilhas oceânicas e costeiras. (E) todas as terras situadas em ilhas fluviais e lacustres.</p>
<p>40. NÃO configura penalidade disciplinar aplicável ao servidor, no regime da Lei nº 8.112/90, a</p> <p>(A) suspensão. (B) demissão. (C) exoneração. (D) advertência. (E) cassação de aposentadoria.</p>	<p>44. Dentre as competências materiais privativas da União NÃO se inclui a de</p> <p>(A) explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços de radiodifusão sonora. (B) organizar e manter o Poder Judiciário do Distrito Federal. (C) exercer a classificação, para efeito indicativo, das diversões públicas. (D) organizar e executar a inspeção do trabalho. (E) instituir regiões metropolitanas.</p>
<p>41. Nos termos da Constituição brasileira, é inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, salvo se determinada sua quebra por</p> <p>(A) ordem policial, para fins de investigação criminal ou civil. (B) ordem judicial, para fins de investigação criminal ou civil. (C) ordem do Ministério Público, para fins de inquérito civil ou ação civil pública. (D) ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. (E) ordem policial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.</p>	<p>45. A Câmara dos Deputados, na sua composição atual, é integrada por representantes do povo, eleitos em cada Estado e no Distrito Federal, observando-se para a definição do número de Deputados de cada uma dessas unidades critérios estabelecidos na Constituição Federal, para que nenhuma delas tenha menos de</p> <p>(A) 8 e mais de 70 Deputados. (B) 8 e mais de 65 Deputados. (C) 8 e mais de 60 Deputados. (D) 10 e mais de 60 Deputados. (E) 10 e mais de 70 Deputados.</p>

<p>46. Em matéria de processo legislativo, é correto afirmar que a sanção</p> <p>(A) é superável, mas deve ser motivada.</p> <p>(B) deve ser manifestada em quinze dias úteis, a contar do recebimento do projeto, caso contrário este será tido por vetado.</p> <p>(C) cabe ao Presidente do Senado, se o Presidente da República recusar-se a sancionar o projeto aprovado.</p> <p>(D) pode ser expressa ou tácita, ao contrário do veto que deve ser sempre expresso.</p> <p>(E) é atribuição exclusiva do Presidente da República, não cabendo a quem o substituir temporariamente.</p>	<p>49. Não obstante seja regra geral o ingresso na Magistratura mediante concurso público, a Constituição brasileira prevê hipóteses em que membros do Poder Judiciário são escolhidos por outros processos. É o caso, por exemplo,</p> <p>(A) dos Ministros do Tribunal de Contas da União, que são escolhidos, um terço pelo Presidente da República com aprovação do Senado Federal e dois terços pelo Congresso Nacional.</p> <p>(B) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação presidencial pelo Senado Federal.</p> <p>(C) de um quinto dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, que será composto por membros do Ministério Público e de advogados, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.</p> <p>(D) de parte dos membros do Tribunal Superior do Trabalho, composta por classistas temporários, com representação paritária dos trabalhadores e empregadores, nomeados pelo Presidente da República após aprovação do Senado Federal.</p> <p>(E) de um terço dos membros dos Tribunais Regionais Federais, integrado por advogados e membros do Ministério Público Federal, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.</p>
<p>47. Nos termos da Constituição, o controle financeiro da Administração Pública</p> <p>(A) é função típica do Poder Legislativo, não cabendo à própria Administração adotar mecanismos de controle interno da execução orçamentária em seus órgãos.</p> <p>(B) realizado pelo Tribunal de Contas tem caráter definitivo, não podendo as decisões desse Tribunal ser revistas pelo Poder Judiciário.</p> <p>(C) realizado pelo Poder Legislativo é facultativo, ficando a critério dos Administradores o envio das contas ao Congresso Nacional para análise.</p> <p>(D) conferido ao Poder Legislativo não o autoriza a rejeitar as contas do Presidente da República, se estas forem aprovadas pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(E) não depende necessariamente de provocação, podendo o Poder Legislativo, por iniciativa própria, determinar a realização de inspeções e auditorias nos órgãos dos três Poderes.</p>	<p>50. Os magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho serão designados dentre</p> <p>(A) juízes do trabalho, advogados e membros do Ministério Público do Trabalho.</p> <p>(B) juízes do trabalho e classistas.</p> <p>(C) juízes do trabalho, exclusivamente.</p> <p>(D) juízes do trabalho, juízes federais e membros do Ministério Público do Trabalho.</p> <p>(E) juízes do trabalho, juízes de direito e advogados.</p>
<p>48. Entre as regras constitucionais referentes à eleição de Presidente e Vice-Presidente da República, figura a que estabelece que</p> <p>(A) para o cálculo da maioria absoluta no primeiro turno da eleição presidencial, serão computados os votos em branco, desprezando-se os nulos.</p> <p>(B) se antes do segundo turno ocorrer morte ou desistência de candidato habilitado a dele participar, convocar-se-á dentre os remanescentes o mais idoso, independentemente da votação por este obtida.</p> <p>(C) a eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado, ainda que não sejam do mesmo partido político.</p> <p>(D) os candidatos a ambos os cargos deverão ser registrados por partido político, admitindo-se, excepcionalmente, candidaturas avulsas.</p> <p>(E) a eleição realizar-se-á necessariamente em dois turnos, disputando o segundo turno os dois candidatos mais votados no primeiro turno.</p>	<p>51. Os preceitos constantes da CLT, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, NÃO se aplicam aos</p> <p>(A) vendedores-viajantes.</p> <p>(B) bancários.</p> <p>(C) empregados domésticos.</p> <p>(D) professores.</p> <p>(E) trabalhadores temporários.</p> <p>52. São anotações obrigatórias da CTPS a data de admissão, a remuneração e</p> <p>(A) a jornada de trabalho.</p> <p>(B) as anotações desabonadoras da conduta do empregado.</p> <p>(C) o enquadramento sindical.</p> <p>(D) o grau de escolaridade do empregado.</p> <p>(E) a concessão de férias.</p>

<p>53. O termo inicial do prazo prescricional das férias é contado a partir do</p> <p>(A) início do período aquisitivo.</p> <p>(B) término do período aquisitivo.</p> <p>(C) início do período concessivo.</p> <p>(D) término do período concessivo.</p> <p>(E) término do ano fiscal.</p>	<p>57. Tendo faltado injustificadamente a 5 dias de trabalho durante o período aquisitivo, o empregado terá direito a férias de</p> <p>(A) 24 dias sem o abono salarial de 1/3.</p> <p>(B) 24 dias com o abono salarial de 1/3.</p> <p>(C) 25 dias com o abono salarial de 1/3.</p> <p>(D) 30 dias com o abono salarial de 1/3.</p> <p>(E) 30 dias sem o abono salarial de 1/3.</p>
<p>54. Para edificar sua sede, uma rede de supermercados contratou construtora que se utilizou de serviços de empresas terceirizadas. Nesse caso, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações trabalhistas dos contratos firmados pelas empresas terceirizadas com seus empregados,</p> <p>(A) a construtora e as empresas terceirizadas.</p> <p>(B) somente as empresas terceirizadas.</p> <p>(C) a rede de supermercados e as empresas terceirizadas.</p> <p>(D) a rede de supermercados e a construtora.</p> <p>(E) a rede de supermercados, a construtora e as empresas terceirizadas.</p>	<p>58. São órgãos da Justiça do Trabalho além das Varas do Trabalho,</p> <p>(A) os Tribunais Regionais do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) as Varas de Acidente do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) os Tribunais Regionais Federais, o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) as Varas de Acidentes do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e o Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) os Tribunais Regionais do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho.</p>
<p>55. O empregado</p> <p>(A) sob o regime de tempo parcial pode prestar horas extras.</p> <p>(B) de banco que trabalha em serviços de portaria e limpeza tem jornada normal de 6 horas contínuas.</p> <p>(C) mensalista que falta ao trabalho uma vez no mês, injustificadamente, não tem a remuneração relativa ao repouso semanal descontada do seu salário.</p> <p>(D) em serviços permanentes de digitação tem direito a um intervalo de 15 minutos de descanso a cada hora trabalhada.</p> <p>(E) que cumpre jornada de 7 horas tem direito a um intervalo para repouso e alimentação de 30 minutos.</p>	<p>59. Ao trabalhador, cujo salário é ajustado por empreitada, será garantida</p> <p>(A) remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo diário.</p> <p>(B) remuneração não inferior à metade do salário mínimo.</p> <p>(C) remuneração correspondente ao salário mínimo regional.</p> <p>(D) remuneração proporcional ao trabalho executado.</p> <p>(E) inteira liberdade de pactuar a remuneração.</p>
<p>56. Um empregado recebe remuneração correspondente ao valor do salário mínimo, sendo que, em virtude do contrato, o empregador lhe fornece parte do salário <i>in natura</i> (alimentação, vestuário, habitação). Nesse caso, a parcela paga em dinheiro não pode ser inferior a</p> <p>(A) 10%</p> <p>(B) 20%</p> <p>(C) 30%</p> <p>(D) 50%</p> <p>(E) 70%</p>	<p>60. Depois de 3 anos trabalhando para uma empresa, um empregado recebe uma promoção que implica em transferência para localidade diversa daquela onde havia sido celebrado o contrato de trabalho. Nessas condições,</p> <p>(A) a promoção do empregado concomitante à transferência afasta o direito de receber o adicional de transferência.</p> <p>(B) a promoção do empregado concomitante à transferência não afasta o direito de receber o adicional de transferência.</p> <p>(C) a promoção, por ser vantajosa ao empregado, não pode ser recusada.</p> <p>(D) o pagamento do adicional de transferência desobriga o empregador do pagamento das despesas resultantes da transferência.</p> <p>(E) o empregado pode ser transferido somente se for promovido a ocupar cargo de confiança.</p>